

# REVISAÇÃO<sup>®</sup>



COORDENAÇÃO  
HENRIQUE CORREIA  
LEANDRO BORTOLETO

Carreiras Jurídicas

# MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

## ANALISTA E TÉCNICO

**5ª edição**

Revista, ampliada e atualizada

2025

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Legislação INSTITUCIONAL ao MPU

Plínio Marcos Prudente Rocha

## ✦ QUESTÕES

**01.** Sobre a evolução constitucional do Ministério Público no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público exercia o papel de advogado do Estado perante o ordenamento constitucional anterior e a então nomeação do Procurador Geral da República era de livre incumbência do Presidente da República.
- b) Por dicção constitucional, são princípios institucionais exclusivos do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) É atribuição constitucional do Ministério Público promover a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, legitimação que não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses.
- d) O Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, fixou tese de que o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes interesses sociais.
- e) Não respondida.

### COMENTÁRIOS

Nos termos do art. 134, §4º, da Constituição Federal, os princípios institucionais citados no item são aplicáveis, também, à Defensoria Pública, a teor da alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 80/2014.

**Alternativa correta: letra "b".**

**02.** Sobre o Ministério Público nas Constituições Brasileiras, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição de 1891 não faz referência à instituição do Ministério Público, mas fazia nascer à figura do Procurador-Geral da República, que seria nome-

ado pelo Presidente da República entre os Ministros do STF, com atribuições a serem definidas em lei.

- b) A Constituição Federal de 1946 tratou do Ministério Público em título especial, sem vinculação a nenhum dos outros poderes da República e instituiu o Ministério Público da União junto à Justiça comum, à militar, à eleitoral e à do trabalho, e dos Estados.
- c) A "Carta de Curitiba" documento aprovado no consenso institucional do Ministério Público Brasileiro, produzida no 1º Encontro Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça, realizado em junho de 1986, na cidade de Curitiba, foi o texto que orientou a classe nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.
- d) A Carta Magna de 1946 foi a primeira a constitucionalizar o Ministério Público, inovando o tratamento institucional, ao reservar ao Parquet capítulo próprio, absolutamente independente dos demais poderes do Estado.
- e) Não respondida.

### COMENTÁRIOS

De fato, a constitucionalização do Ministério Público ocorreu com a Constituição de 1934, ao fazer uma menção expressa ao *Parquet* no capítulo dos "Órgãos de Cooperação", em uma evidente desvinculação institucional do Poder Judiciário.

**Alternativa correta: letra "d".**

**03.** Sobre o Ministério Público, é INCORRETO afirmar que:

- a) A critério do relator, o Procurador-Geral da República será ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) É competência privativa do Senado Federal processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive aqueles indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

c) A despeito da expressa referência constitucional que prevê a competência privativa do Presidente da República para iniciar projetos de leis que

disponham sobre a organização do Ministério Público da União, detém o Procurador-Geral da República faculdade constitucional análoga.

d) São exemplos de vedações atualmente previstas para os membros do Ministério Público: participar de sociedade comercial, na forma da lei; exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

e) Não respondida.

### COMENTÁRIOS

Conforme dicção do art. 103, §1º, da Constituição Federal, o Procurador-Geral da República deverá ser ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal, ou seja, tal providência não está na esfera discricionária do Relator.

**Alternativa correta: letra "a".**

**04.** Analise as seguintes assertivas sobre o Ministério Público na Constituição da República:

1) O Presidente da República possui legitimação concorrente com o Procurador Geral da República para propor projeto de lei sobre a organização do Ministério Público da União, mas, por força da autonomia administrativa constitucionalmente garantida ao órgão, é privativa do Procurador-Geral da República a iniciativa de lei para a criação de cargos de membros e servidores no âmbito do MPU.

2) Conforme previsão constitucional, o Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

3) É atribuição constitucional do Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, nomear o Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dentre integrantes da carreira que figurem em lista tríplice formada pelos membros do respectivo ramo.

4) No âmbito federal, o Procurador-Geral da República possui legitimação concorrente para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, mas é exclusiva sua legitimação para propor a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

Marque a alternativa CORRETA:

a) todas as assertivas são corretas;

b) apenas a assertiva 3 é incorreta;

c) apenas as assertivas 1 e 4 são corretas;

d) todas as assertivas são incorretas.

e) Não respondida.

### COMENTÁRIOS

**Assertiva 1:** A assertiva reproduz o disposto no art. 61, §1º, "d", que estabelece como iniciativa privativa do Presidente da República o envio ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que verse sobre a organização do Ministério Público da União. Aliado ao referido dispositivo constitucional, temos, com fulcro no art. 128, §5º, da LC 75/93, a faculdade do Procurador-Geral da República em encaminhar ao Poder Legislativo projeto da natureza aqui mencionada, lastreado na autonomia administrativa atribuída ao *Parquet*.

**Assertiva 2:** No caso do Ministério Público da União, o mesmo tem como Chefe o Procurador-Geral da República (PGR), nomeado pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, para exercício de um mandato de 02 anos (art. 128, §1º, da CF, c/c arts. 25 a 27, da LC 75/93).

**Assertiva 3:** O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova lista tríplice.

**Assertiva 4:** A denominada ADI Interventiva, devidamente prevista no art. 36, III, da Constituição Federal, demanda decisão do Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, de forma exclusiva, conforme mencionado no item.

**Alternativa correta: letra "b".**

**05.** Analise as seguintes proposições:

I. A autonomia administrativa e financeira assegurada constitucionalmente ao Ministério Público abrange a iniciativa legislativa para criação de seus cargos e serviços auxiliares e a legitimidade para elaborar a proposta financeira, mas não alcança a possibilidade de fixação da própria política remuneratória, que é estabelecida pelo Poder Executivo.

II. Os membros do Ministério Público enquadram-se na categoria geral de servidores públicos, em razão do regime jurídico que lhes é aplicado, não assumindo a condição de agentes políticos, reservada especificamente àqueles que exercem função própria e originária do Estado.

III. Constitui crime de responsabilidade do Presidente da República atentar contra o livre exercício do Ministério Público.

Marque a alternativa CORRETA:

a) apenas a assertiva I é correta;

b) apenas as assertivas I e II são corretas;

c) apenas as assertivas II e III são corretas;

d) apenas a assertiva III é correta;

e) não respondida.

## COMENTÁRIOS

**Item I:** Incorreto. O Ministério Público da União, como Função Essencial à Justiça, não apresenta relação de subordinação a qualquer Poder do Estado, dispondo, portanto, das autonomias administrativa, financeira e funcional. Nesse quesito, indispensável o conhecimento acerca do alcance de dessa autonomia:

- propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;
- prover os cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares;
- organizar os serviços auxiliares;
- praticar atos próprios de gestão.

**Item II:** Incorreto. Os membros do Ministério Público da União são classificados como agentes políticos, não estando inseridos, portanto, na espécie de servidores públicos.

**Item III:** Correto. A referida tipificação está prevista no art. 85, II, da Constituição Federal. Por oportuno, registramos que, na hipótese de prática de tal conduta

pelo Presidente da República, o mesmo será processado e julgado pelo Senado Federal, após autorização de 2/3 da Câmara dos Deputados.

**Alternativa correta: letra “d”.**

**06.** A respeito do Ministério Público na Constituição da República, leia e analise os itens a seguir:

- O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, composto pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público Eleitoral e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e os Ministérios Públicos dos Estados.
- São instrumentos de atuação do Ministério Público expressamente previstos na Constituição da República: a ação penal pública; a ação civil pública; o inquérito civil público; a ação de inconstitucionalidade; a expedição de notificações nos procedimentos administrativos de sua competência para requisição de informações e documentos, na forma da lei complementar respectiva; a requisição de diligências e instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- Os membros do Ministério Público gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes, assegurada ampla defesa.
- Os membros do Ministério Público deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta dos seus integrantes, assegurada ampla defesa.

Marque a alternativa CORRETA:

- somente as assertivas I e II estão corretas;
- somente as assertivas I e III estão corretas;
- somente as assertivas II e III estão corretas;
- somente as assertivas II e IV estão corretas;
- não respondida.

## COMENTÁRIOS

**Item I:** Incorreto.

<b>MINISTÉRIO PÚBLICO (art. 128, I e II, da CF)</b>	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO</b> <b>Chefia: Procurador-Geral da República (PGR)</b>	<b>Ministério Público FEDERAL</b> <b>Ministério Público do TRABALHO</b> <b>Ministério Público MILITAR</b> <b>Ministério Público do DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS</b>
	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS</b> <b>Chefia: Procurador-Geral de Justiça (PGJ)</b>	

**Item II:** Correto. Os instrumentos mencionados no item estão previstos especificamente no art. 129, I, III, IV, VI e VIII, da Constituição Federal. Nesse sentido, importante anotar que estes e outros mecanismos de atuação do Ministério Público da União estão expressos no art. 6º, da LC 75/93.

**Item III:** Correto. Em análise do art. 128, §5º, “I”, “b”, da Constituição Federal, temos, além da vitaliciedade (após 02 anos de exercício) e irredutibilidade de subsídio, a inamovibilidade como garantia aplicável aos membros do MPU, excepcionada por motivo de interesse público, por decisão da maioria absoluta do correspondente órgão colegiado.

**Item IV:** Incorreto. Ainda que seja possível a residência do membro do Ministério Público em local diverso da sua lotação, tal ato é atribuição do respectivo Procurador-Geral (chefe da instituição).

**Alternativa correta: letra “c”.**

**07.** Analisando a seguinte situação, assinale a alternativa CORRETA:

Determinado (a) Procurador Regional do Trabalho, que ingressou na Instituição em 1985, optou pelo regime jurídico anterior à Constituição de 1988 quanto a garantias, vantagens e vedações do cargo 6 (seis) meses após a promulgação da Lei Complementar nº 75/93. Lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, ministra aulas na Universidade Federal de São Paulo 2 (duas) vezes por semana, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas aula por semana, não estando em regime de Dedicção Exclusiva “DE”. É também sócio cotista em sociedade por cotas de responsabilidade limitada

de cursinho preparatório para concursos públicos, embora não seja administrador, possuindo 40% (quarenta por cento) das cotas. Apesar de exercer a advocacia, jamais advogou, ainda que em causa própria, ou prestou consultoria contra quaisquer ramos do Ministério Público ou contra a União, suas autarquias ou fundações públicas federais, estando regularmente inscrito na OAB-SP.

- a) O(a) membro(a) do Ministério Público não incorre em vedação legal, porque o exercício da advocacia foi autorizado e a sua participação na sociedade comercial é lícita, como também é lícita a docência, desde que haja compatibilidade de horário com a atividade do Ministério Público.
- b) O membro do Ministério Público incorre nas seguintes vedações legais: participação em sociedade comercial e exercício da advocacia.
- c) O membro do Ministério Público incorre em vedação legal apenas no que tange à participação em sociedade comercial.
- d) O membro do Ministério Público incorre em vedação legal no que concerne ao exercício da advocacia e à docência.
- e) Não respondida.

#### COMENTÁRIOS

De plano, imperioso registrar que o Membro do Ministério Público indicado no enunciado, tendo ingressado na carreira antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, fez a devida opção dentro do prazo fixado no art. 281, *caput*, c/ c § 1º, da LC 75/93.

Sendo assim, o exercício da **advocacia** é autorizado e a sua participação como cotista está respaldada no art. 44, III, da Lei 8.625/93: *“Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: (...) III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;”*

Quanto a atividade docente, a mesma está amparada na ressalva legal expressa no art. 44, IV, da Lei 8.625/93: *“Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações: IV – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;”*

**Alternativa correta: item “a”.**

**08.** Em relação às atribuições do Ministério Público do Trabalho:

- I. O princípio do promotor natural configura garantia ao réu de somente ser processado pelo Procurador escolhido consoante leis processuais e de organização interna previamente fixadas, sendo vedada qualquer indicação arbitrária.
- II. O princípio da independência funcional permite que, no caso de substituição em processo judicial, o membro ministerial deixe de interpor recurso contra decisão desfavorável.
- III. Como instituição permanente e essencial à função jurisdicional, a qual incumbe a defesa da ordem

jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, é dever do membro ministerial, por disciplina judiciária, a observância da jurisprudência sumulada do TST.

- IV. O princípio da indivisibilidade permite a substituição de um membro do Ministério Público por outro, sem que haja alteração subjetiva na relação jurídica processual da qual participe a instituição, seja como órgão agente, seja como órgão interveniente.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) apenas as assertivas I, II e III estão corretas;
- b) apenas as assertivas I e IV estão corretas;
- c) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- d) apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;
- e) não respondida.

#### COMENTÁRIOS

**Item I:** Correto. O postulado do Promotor Natural, que se revela imanente ao sistema constitucional brasileiro, repele, a partir da vedação de designações casuísticas efetuadas pela Chefia da Instituição, a figura do acusador de exceção. Esse princípio consagra uma garantia de ordem jurídica, destinada tanto a proteger o membro do Ministério Público, na medida em que lhe assegura o exercício pleno e independente do seu ofício, quanto a tutelar a própria coletividade, a quem se reconhece o direito de ver atuando, em quaisquer causas, apenas o Promotor cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e pré-determinados, estabelecidos em lei (HC 67.759/STF).

**Item II:** Correto. O princípio da independência funcional está expresso no art. 127, §1º, da Constituição Federal, tendo a assertiva transcorrido de forma correta o mencionado princípio.

**Item III:** Incorreto. Com base justamente na independência atribuída aos membros do Ministério Público, não existe uma relação de vinculação entre a atuação ministerial e os entendimentos sumulados pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**Item IV:** Correto. Aproveitando a abordagem do item, imperioso ressaltar que a existência, em um mesmo processo, de opiniões ou pronunciamentos eventualmente conflitantes emanados de membros do Ministério Público que hajam oficiado, na causa, em momentos sucessivos, não traduz, só por si, ofensa

ao postulado do Promotor Natural, pois a possibilidade desse dissídio opinativo há de ser analisada e compreendida em face dos princípios, igualmente constitucionais (CF, art. 127, § 1º), da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público (HC 102.147, j. em 16/12/2010, publicação em 03/02/2011).

**Alternativa correta: letra “c”.**

**09.** Assinale a alternativa INCORRETA: É vedado ao Membro do Ministério Público:

- a) exercer a advocacia em juízo ou tribunal junto ao qual oficiou, antes de decorridos 03 (três) anos do

afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

- b) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer função pública, salvo uma de magistério.
- c) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei quanto às entidades públicas.
- d) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- e) não respondida.

### COMENTÁRIOS

Seguindo os ditames do art. 128, § 5º, inciso II, alínea “f”, da Constituição Federal, vislumbramos que a exceção mencionada no item abrange, também, as entidades privadas.

**Alternativa incorreta: letra “c”.**

**10.** Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Ministério Público Eleitoral é uma instituição dotada de autonomia administrativa, financeira e orçamentária.
- b) O princípio da indivisibilidade é inerente a todos os Ministérios Públicos que o sistema jurídico brasileiro instituiu.
- c) Existe unidade entre o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais.
- d) O Ministério Público exerce suas funções por meio de órgãos próprios conforme os princípios de unidade, indivisibilidade e independência funcional e com sujeição, em todo caso, a legalidade e imparcialidade.
- e) Não respondida.

### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** Na organização do *Parquet* Brasileiro, não temos como um dos seus ramos o Ministério Público Eleitoral, sendo a citada função exercida pelo Ministério Público Federal (junto ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais) e pelos Ministérios Públicos Estaduais (atuação junto aos Juizes e Juntas Eleitorais), com a seguinte estrutura:

- Atuação eleitoral do MPF (arts. 72 a 80);

Atuação eleitoral do Ministério Público	
Órgão da Justiça Eleitoral	Membro do Ministério Público atuante
TSE	Procurador-Geral Eleitoral (PGE) = Procurador-Geral da República (PGR);
TRE's	Procurador-Regional Eleitoral (PRE) = Procurador da República no respectivo Estado ou Procurador Regional da República, designados pelo PGE

Juizes e Juntas Eleitorais	Promotor Eleitoral = Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual (indicado pelo Procurador-Geral de Justiça edesignado pelo respectivo Procurador Regional Eleitoral);
----------------------------	---

**Alternativa “b”:** Nos termos da ADI 789/STF, o Ministério Público de Contas não é órgão pertencente ao Ministério Público, estando integrado à estrutura da respectiva Corte de Contas.

**Alternativa “c”:** O equívoco da questão reside na interpretação do princípio da unidade, aplicável, se forma dissociada, ao Ministério Público da União e aos Ministérios Públicos Estaduais.

**Alternativa “d”:** De forma coerente, o item faz uma correlação entre os princípios institucionais do Ministério Público (*vide* art. 128, §1º, da Constituição Federal) e os atributos que devem nortear a atuação do membro ministerial.

**Alternativa correta: letra “d”.**

**11.** Analise as assertivas abaixo:

- I. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de 14 (quatorze) membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução, assegurada a representação de cada uma das carreiras do Ministério Público, incluindo o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
- II. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, inclusive, avocar processos disciplinares em curso e rever, ainda que de ofício, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de 2 (dois) anos.
- III. São órgãos do Conselho Nacional do Ministério Público o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional do Ministério Público, os Conselheiros, as Comissões e a Ouvidoria Nacional.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- e) Não respondida.

### COMENTÁRIOS

**Assertiva I. Incorreta.** A Constituição Federal, no art. 130-A, II e III, assegura tão somente a representação de 04 (quatro) membros do Ministério Público da União, distribuída em cada uma das carreiras, e 03 (três) membros dos Ministérios Públicos dos Estados. Por oportuno, imperioso registrar que os mesmos serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, conforme art. 130-A, § 1º, da CRFB/88..

**Assertiva II. Incorreta.** O prazo estabelecido no art. 130-A, § 2º, IV, da Constituição Federal, para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados é de menos de 01 (um) ano.

**Assertiva III. Correta.** A alternativa reproduz integralmente o disposto no art. 3º, I a VI, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Alternativa correta: letra “c”.**

**12.** Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é INCORRETO afirmar:

- O CNMP compõe de 14 (quatorze) membros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de 02 anos, admitida uma recondução.
- A Corregedoria Nacional do CNMP poderá realizar inspeções, correções e auditorias para apurar fatos relacionados a deficiências dos serviços do Ministério Público, em todas as suas áreas de atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades.
- Os atos relativos à atividade fim (inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento administrativo investigatório) do Ministério Público são suscetíveis de revisão ou desconstituição pelo CNMP.
- O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao CNMP.
- Não respondida.

### COMENTÁRIOS

Organização estrutural do Conselho Nacional do Ministério Público (Art. 130-A, da CF)		
Composição	14 membros	<p>Procurador-Geral da República, que o preside;</p> <p>04 membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma das carreiras (MPF, MPT, MPM e MPDFT);</p> <p>03 membros do Ministério Público dos Estados;</p> <p>02 juizes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;</p> <p>02 advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;</p> <p>02 cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.</p>

Mandatos dos membros	PGR = Presidente do CNMP	2 anos, permitida a recondução (pode ser ilimitada);
	Demais integrantes do CNMP	2 anos, admitida uma recondução.

### Competências do Conselho Nacional do Ministério Público (Art. 130-A, §2º, da CF)

- zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;
- receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;
- rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;
- elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, devendo o mesmo integrar mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.

**Alternativa incorreta: letra “c”.**

**13.** Analise as assertivas abaixo em consonância com a Lei nº 8.625/1993:

- Lei Complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é privativa dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- A destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida de autorização de um terço dos membros da Assembleia Legislativa.
- São órgãos de execução do Ministério Público a Procuradoria-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

# Direito Constitucional

Paulo Lépore

## ✦ QUESTÕES

### 1. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.

#### 01. FGV – 2024 – TRF 1 – Analista Judiciário – Área Administrativa

João, servidor público, constatou que certa norma constitucional outorgava uma posição jurídica favorável aos servidores, atribuindo-lhes um benefício estatutário. Por outro lado, a mesma norma permitia que a lei afastasse a sua incidência sobre os servidores que viessem a apresentar as características funcionais a serem indicadas.

A norma constitucional analisada por João tem eficácia:

- a) plena;
- b) contida;
- c) operativa condicionada;
- d) limitada, de princípio institutivo;
- e) limitada, de natureza programática.

#### COMENTÁRIOS

A norma descrita no enunciado, por si só, já atribuiu benefício estatutário aos servidores. Portanto, não pode ser norma de eficácia limitada. No entanto, ao autorizar que lei infraconstitucional restrinja seu alcance, passa a ser classificada como norma de eficácia contida, pois tem uma eficácia restringível.

**Gabarito: B**

#### 02. FGV – 2024 – TRF 1 – Analista Judiciário – Análise de Dados

O Art. 2º da Emenda Constitucional nº X, com o objetivo de aperfeiçoar o controle da qualidade dos direitos prestacionais oferecidos à coletividade, determinou a criação, por lei complementar, de um conselho nacional de natureza interfederativa, que seria responsável pelo referido controle.

Extrai-se do Art. 2º da Emenda Constitucional nº X uma norma de eficácia:

- a) plena;
- b) contida;

- c) limitada, de princípio institutivo;
- d) limitada, de natureza programática;
- e) restringível, mas de exigência imediata.

#### COMENTÁRIOS

Toda vez que a norma constitucional determina à lei infraconstitucional fazer ou criar algo, há uma norma de eficácia limitada, pois dependerá da edição desta norma para que produza efeitos concretos. Na hipótese, ela determinou a instituição de um conselho nacional, motivo pelo qual se caracteriza como norma de princípio institutivo, e não programática (caso em que se busca criar uma política pública, por exemplo, ou assegurar um direito).

**Gabarito: C**

03. (CESPE – Analista Processual – MPU/2010) Considerando a aplicabilidade, a eficácia e a interpretação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

03.01. As normas de eficácia contida permanecem inaplicáveis enquanto não advier normatividade para viabilizar o exercício do direito ou benefício que consagram; por isso, são normas de aplicação indireta, mediata ou diferida.

#### COMENTÁRIOS

📌 **Nota do autor:** a classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia das normas constitucionais sempre é cobrada, merecendo, pois, estudo detalhado.

**Errado.** As normas de eficácia limitada (não contida) permanecem inaplicáveis enquanto não advier normatividade para viabilizar o exercício do direito ou benefício que consagram; por isso, são normas de aplicação indireta, mediata ou diferida.

03.02. As normas constitucionais de eficácia limitada são desprovidas de normatividade, razão pela qual não surtem efeitos nem podem servir de parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade.

#### COMENTÁRIOS

**Errado.** As normas constitucionais de eficácia limitada não são desprovidas de normatividade, razão pela qual

**surtem efeitos e podem** servir de parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade.

**04. (CESPE – Técnico – Área Administrativa – MPU/2010)** A respeito dos princípios fundamentais, das garantias fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

As normas de eficácia plena não exigem a elaboração de novas normas legislativas que lhes completem o alcance e o sentido ou lhes fixem o conteúdo; por isso, sua aplicabilidade é direta, ainda que não integral.

A Constituição Federal de 1988 apresenta os chamados princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, que incluem referências a sua forma de Estado, forma de governo e regime político. Deduz-se do texto constitucional que a República Federativa do Brasil é um Estado de Direito, o que limita o próprio poder do Estado e garante os direitos fundamentais dos particulares.

#### COMENTÁRIOS

**Errado.** As normas de eficácia plena não exigem a elaboração de novas normas legislativas que lhes completem o alcance e o sentido ou lhes fixem o conteúdo; por isso, sua aplicabilidade é direta e **integral**.

**Certo.** A Constituição Federal de 1988 apresenta os chamados princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, que incluem referências a sua forma de Estado, forma de governo e regime político (artigos 1º a 4º, da CF). Deduz-se do texto constitucional que a República Federativa do Brasil é um Estado de Direito (art. 1º, *caput*, da CF), o que limita o próprio poder do Estado e garante os direitos fundamentais dos particulares.

## 2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.

**05. (ESAF – Técnico – Área Administrativa – MPU/2004)** No que diz respeito aos princípios fundamentais, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- Os valores sociais do trabalho e do livre capital são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- O Estado brasileiro adota, como um dos seus fundamentos, a soberania popular, a qual pode ser exercida de forma indireta ou direta, nos termos definidos na Constituição Federal de 1988.
- A garantia do pluralismo político é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- A redução das desigualdades regionais é um dos princípios que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- A Constituição Federal de 1988 traz a determinação de que o Brasil deverá buscar a integração econômica na América do Sul por meio da formação de um mercado comum de nações sul-americanas.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do autor:** o amigo leitor deve fazer leitura atenta e buscar a memorização dos artigos 1º a 4º, da CF.

**Alternativa correta: letra “b”:** o Estado brasileiro adota, como um dos seus fundamentos, a soberania popular, a qual pode ser exercida de forma indireta ou direta, nos termos definidos na Constituição Federal de 1988 (art. 1º, parágrafo único, da CF).

**Alternativa “a”:** os valores sociais do trabalho e da **livre iniciativa** (não do livre capital) são fundamentos da República Federativa do Brasil, consoante art. 1º, IV, da CF.

**Alternativa “c”:** a garantia do pluralismo político é um dos **fundamentos** (não objetivos fundamentais) da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, V, da CF.

**Alternativa “d”:** a redução das desigualdades regionais é um dos **objetivos fundamentais** a República Federativa do Brasil (e não um dos princípios que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais), de acordo com o art. 3º, III, da CF.

**Alternativa “e”:** a Constituição Federal de 1988 traz a determinação de que o Brasil deverá buscar a integração econômica na América do Sul por meio da formação de uma **comunidade latino-americana de nações** (e não de um mercado comum de nações sul-americanas), consoante art. 4º, parágrafo único, da CF.

## 3. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

**06. (Cespe – Técnico do MPU – Administração/2018)** Com base nas disposições constitucionais acerca de princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

**06.01.** O presidente da República, embora nomeie os ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal, não interfere na função jurisdicional desse órgão.

#### COMENTÁRIOS

De fato é competência privativa do Presidente da República nomear, após aprovação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 84, XIV da CF/88. No entanto, estabelece o art. 85, II da CF/88 que se o Presidente da República praticar atos que atentem contra o livre exercício do Poder Judiciário, constituirão esses crimes de responsabilidade. **CERTO**

**06.02.** A liberdade de pensamento é exercida com ônus para o manifestante, que deverá se identificar e assumir a autoria daquilo que ele expressar.

#### COMENTÁRIOS

O inciso IV do art. 5º da CF/88 estabelece que é livre a manifestação de pensamento. No entanto, veda-se o anonimato, de modo que o manifestante deve se identificar e assumir a autoria do que expressa. **CERTO**

**06.03.** Policiais têm a prerrogativa de adentrar na casa de qualquer pessoa durante o período noturno, desde que portem determinação judicial ou o morador consinta.

#### COMENTÁRIOS

Conforme estabelece o inciso XI do art. 5º da CF/88, a casa é asilo inviolável do indivíduo, somente podendo nela adentrar: com consentimento do morador; ou, sem seu consentimento em caso de flagrante delito, desastre, para prestar socorro, ou por determinação judicial (somente durante o dia). Assim, policiais somente poderiam adentrar na casa de qualquer pessoa durante o período noturno caso o morador consinta, pois a determinação judicial somente autoriza a entrada durante o dia. **ERRADO**

**06.04.** É vedada ao cartório a cobrança de valor para efetuar registro de nascimento civil, que é um direito reconhecido a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.

#### COMENTÁRIOS

O art. 5º, inciso LXXVI da CF/88 estabelece a gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito somente para os **reconhecidamente pobres**, e não a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país, como afirma o item. **ERRADO**

**06.05.** Os tratados internacionais sobre direitos humanos possuem status de emendas constitucionais, de maneira que a autoridade pública que a eles desobedecer estará sujeita a responsabilização.

#### COMENTÁRIOS

O erro do item está em generalizar os tratados sobre direitos humanos. De acordo com o art. 5º, §3º da CF/88, somente terão status de emendas constitucionais os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 3/5 dos votos dos respectivos membros. **ERRADO**

**07. (CESPE – Analista Processual – MPU/2010)** Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

O ordenamento constitucional veda o envio compulsório de brasileiros ao exterior, que caracterizaria a pena de banimento, assim como proíbe a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, que caracterizaria a pena de expulsão.

#### COMENTÁRIOS

**Errado.** O ordenamento constitucional veda o envio compulsório de brasileiros ao exterior, que caracterizaria a pena de banimento ou degredo. Entretanto, o ordenamento constitucional **não proíbe** a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, que caracterizaria a pena de expulsão. O art. 22, XV, da CF, aduz competir pri-

vativamente à União legislar sobre a expulsão de estrangeiros. Atualmente, a expulsão está disciplinada pela Lei 13.445/2017, que determina “Art. 54. A expulsão consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado. § 1º Poderá dar causa à expulsão a condenação com sentença transitada em julgado relativa à prática de: I – crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão, nos termos definidos pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, promulgado pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002; ou II – crime comum doloso passível de pena privativa de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização em território nacional. § 2º Caberá à autoridade competente resolver sobre a expulsão, a duração do impedimento de reingresso e a suspensão ou a revogação dos efeitos da expulsão, observado o disposto nesta Lei. § 3º O processamento da expulsão em caso de crime comum não prejudicará a progressão de regime, o cumprimento da pena, a suspensão condicional do processo, a comutação da pena ou a concessão de pena alternativa, de indulto coletivo ou individual, de anistia ou de quaisquer benefícios concedidos em igualdade de condições ao nacional brasileiro. § 4º O prazo de vigência da medida de impedimento vinculada aos efeitos da expulsão será proporcional ao prazo total da pena aplicada e nunca será superior ao dobro de seu tempo.”

### 3.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS

**08. (Cespe – Técnico – MPU/2013)** Considerando as regras do direito constitucional, julgue os itens a seguir.

**08.01.** Considere que Gabriel, brasileiro nato, ao retornar para o Brasil após ter residido alguns anos nos Estados Unidos da América (EUA), tenha descoberto que fora condenado criminalmente pela justiça americana por tráfico ilícito de entorpecentes. Nessa situação hipotética, Gabriel poderá ser extraditado mediante pedido formal dos EUA.

#### COMENTÁRIOS

☞ **Nota do Autor:** Regras sobre extradição: a) O brasileiro nato nunca será extraditado (por crime comum ou de opinião); b) O brasileiro naturalizado somente poderá ser extraditado em caso de crime comum (praticado antes da naturalização), ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins (antes ou depois da naturalização), na forma da lei, mas não por crime político; c) O estrangeiro pode ser extraditado pela prática de crime comum, mas não por crime político e; d) O Brasil não extradita ninguém pela prática de crime político.

**Errado.** De acordo com o que consta no art. 5º, LI, da CF, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. Considerando que Gabriel é brasileiro nato, ele não poderá ser extraditado.

**08.02.** O constituinte originário atribuiu caráter de ente federativo aos municípios e territórios federais, ainda que lhes tenha conferido autonomia limitada, caracterizada pela ausência de Poder Judiciário, Ministério Público (MP) e defensoria pública nessas esferas de governo.

#### COMENTÁRIOS

**Errado.** Os Municípios possuem caráter de ente federativo, mas não os territórios federais, que integram a União (art. 1º, *caput*, e art. 18, da CF). Ademais, os Municípios não possuem Poder Judiciário, Ministério Público e nem Defensoria Pública, mas os territórios federais possuem, de modo que compete à União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios (art. 21, XIII, CF).

Embora os direitos e as garantias fundamentais se destinem essencialmente às pessoas físicas, alguns deles podem ser estendidos às pessoas jurídicas.

#### COMENTÁRIOS

**Certo.** Os direitos e deveres individuais e coletivos estão concentrados no art. 5º da CF. Apesar do *caput* do artigo 5º garanti-los apenas a brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, **a doutrina e o STF os estendem também para estrangeiros em trânsito e pessoas jurídicas** (HC 94.016, julgado em 2008 e relatado pelo Ministro Celso de Mello). Desse modo, segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, as pessoas jurídicas também são titulares de direitos fundamentais (AC 2.032-QO/SP, relatada pelo Ministro Celso de Mello e julgada em 2008).

**09. (Cespe – Analista – MPU/2013)** Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos e garantias fundamentais.

**09.01.** Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de segurança coletivo.

#### COMENTÁRIOS

**Errado.** Segundo a Constituição, o **mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:** a) **partido político com representação no Congresso Nacional;** b) **organização sindical, entidade de classe ou associação** legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados (art. 5º, LXX, da CF).

**09.02.** Apesar do inegável anseio social, não existe previsão expressa na CF/88 assegurando a todos, no âmbito judicial, a razoável duração do processo.

#### COMENTÁRIOS

**Errado.** A razoável duração do processo é assegurado no art. 5º, LXXVIII, da CF. Segundo o dispositivo apontado, a todos, **no âmbito judicial e administrativo,** são assegurados a **razoável duração do processo** e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

**09.03.** De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais são de imediata aplicação.

#### COMENTÁRIOS

**Certo.** Segundo art. 5º, §1º, da CF, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

**10. (ESAF – Analista Processual – MPU/2004)** Assinale a opção correta.

- Os direitos fundamentais, na ordem constitucional brasileira, não podem ter por sujeitos passivos pessoas físicas.
- Toda gravação de conversa telefônica sem autorização de autoridade judicial constitui prova ilícita.
- O Ministério Público tem o poder de, em procedimento de ordem administrativa, determinar a dissolução compulsória de associação que esteja sendo usada para a prática de atos nocivos ao interesse público.
- O direito de reunião em lugares abertos ao público não depende de prévia autorização de autoridade pública.
- A existência, num processo administrativo ou penal, de prova ilicitamente obtida contamina necessariamente todo o feito, tornando-o nulo.

#### COMENTÁRIOS

❖ **Nota do Autor:** a questão exige conhecimento e memorização do art. 5º, da CF.

**Alternativa correta: letra “d”:** o direito de reunião em lugares abertos ao público não depende de prévia autorização de autoridade pública. Assim dispõe o art. 5º, XVI, da CF: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”.

**Alternativa “a”:** os direitos fundamentais, na ordem constitucional brasileira, **podem** ter por sujeitos passivos pessoas físicas, pois não há qualquer vedação neste sentido.

**Alternativa “b”:** **nem toda** gravação de conversa telefônica sem autorização de autoridade judicial constitui prova ilícita. Segundo o STF, **se a gravação for feita por um dos interlocutores, desconfigura-se a interceptação telefônica,** restando mera gravação ambiental (RE 453.562-AgR, julgado em 2008 e relatado pelo Ministro Joaquim Barbosa).

**Alternativa “c”:** o Ministério Público **não** tem o poder de, em procedimento de ordem administrativa, determinar a dissolução compulsória de associação que esteja sendo usada para a prática de atos nocivos ao interesse público. Isso porque, de acordo com o art. 5º, XIX, da CF, as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por **decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.**

**Alternativa “e”:** a existência, num processo administrativo ou penal, de prova ilicitamente obtida **não** contamina necessariamente todo o feito, tornando-o nulo. A jurisprudência do STF **admite a utilização das provas derivadas das ilícitas em processo penal, quando a acusação demonstrar que as provas derivadas advêm de uma fonte independente** (RHC 90.376, julgado em 2007 e relatado pelo Ministro Celso de Mello).

### 3.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

#### 11. FGV – 2024 – TRF 1 – Analista Judiciário – Área Administrativa

Ana, servidora aposentada do município Alfa, solicitou à autoridade competente que fossem fornecidas as informações relativas à sua pessoa constantes dos respectivos assentamentos funcionais. Ao preencher o respectivo formulário, informou, no campo da justificativa, que o motivo era “pessoal”, sem especificá-lo. Sua solicitação, no entanto, foi negada em decisão escrita, situação que permaneceu inalterada mesmo após a interposição dos recursos administrativos cabíveis.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- o acesso às informações somente deveria ser assegurado se Ana tivesse declinado a razão pela qual almejava conhecê-las;
- como o vínculo funcional foi dissolvido com a aposentadoria, as informações são sigilosas, sendo correta a negativa de acesso;
- as informações deveriam ter sido fornecidas a Ana, sendo possível a impetração de habeas data, ação na qual há gratuidade;
- o acesso às informações pressupunha prévia autorização judicial, considerando estarem integradas a um banco de dados público; logo, a negativa de acesso foi correta;
- como a negativa de acesso à informação está demonstrada em decisão escrita, sendo violado o direito líquido e certo de Ana, é cabível a impetração de mandado de segurança.

#### COMENTÁRIOS

Nos termos do art. 5º, LXXII da CF/88, cabe *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Os dados que Ana solicita, fazem parte de bancos de dados de entidades governamentais, portanto, se enquadram na hipótese de cabimento do *habeas data*. Ademais, nos termos do inciso LXXVII referida ação é gratuita.

**Gabarito: C**

#### 12. FGV – 2024 – TRF 1 – Analista Judiciário – Área Administrativa

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao apreciar mandado de segurança impetrado contra ato de juiz

federal, denegou a ordem por não identificar a violação de direito líquido e certo. Esse acórdão, ao ver do impetrante, era manifestamente contrário à ordem constitucional.

Nesse caso, é correto afirmar que, contra o referido acórdão:

- não é cabível a interposição de recurso;
- é cabível o ajuizamento de reclamação perante o Conselho Nacional de Justiça;
- é cabível a interposição de recurso a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- é cabível a interposição de recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- somente é cabível pedido de reconsideração endereçado ao próprio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

#### COMENTÁRIOS

Na hipótese, seria cabível o recurso ordinário, de competência do STJ, nos termos do art. 105, II, b da CF/88, pois foi denegado mandado de segurança por decisão, em única instância, de TRF.

**Gabarito: C**

**13. (FCC – Técnico – Área Administrativa – MPU/2007)** Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, será concedido

- mandado de injunção.
- habeas-data.
- mandado de segurança.
- habeas corpus.
- ação popular.

#### COMENTÁRIOS

📌 **Nota do autor:** o leitor deve ficar atento ao objeto de cada um dos remédios constitucionais.

**Alternativa correta: letra “a” (responde todas as alternativas):** nos termos do art. 5º, LXXI, da CF: “conceder-se-á **mandado de injunção** sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

### 3.3. DIREITOS DA NACIONALIDADE

**14. (FCC – Técnico – Área Administrativa – MPU/2007)** São privativos de brasileiro nato, dentre outros, os cargos de

- Presidente da Câmara dos Deputados e da carreira diplomática.
- Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Governador do Distrito Federal.

## ✦ QUESTÕES

### 1. PARTE GERAL

#### 1.1 PRINCÍPIOS PENAIS E APLICAÇÃO DA LEI PENAL.

**01. (CESPE – Analista Processual – MPU/2010)** Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base no direito penal.

**01.01.** Diogo, com a finalidade específica de cometer sonegação fiscal, falsificou documento público e o utilizou na declaração feita à autoridade fazendária, com o escopo de pagar tributo em valor menor do que o efetivamente devido. Nessa situação, de acordo com a legislação especial de regência, as infrações penais cometidas — falsificação, uso de documento falso e sonegação fiscal — serão punidas de forma autônoma e em concurso material.

#### COMENTÁRIOS

**Item errado:** os crimes de falsificação e uso de documento falso são absorvidos pelo crime de sonegação fiscal, uma vez que eles foram o meio para que se atingisse a intenção inicial de Diego, qual seja sonegar imposto. **Lembre-se, o crime meio é absorvido pelo crime fim (princípio da consunção).**

**02. (FCC – Técnico – Área Administrativa – MPU/2007)** Luiz foi condenado à pena de 1 (um) ano de reclusão em outro país por crime cometido no Brasil. Após ter cumprido integralmente a pena, retornou ao território nacional e foi preso para cumprir pena de 2 (dois) anos de reclusão que lhe fora imposta, pelo mesmo fato, pela Justiça Criminal brasileira. Nesse caso, a pena cumprida no estrangeiro

- será somada à pena imposta no Brasil e o resultado dividido por dois, apurando-se o saldo a cumprir.
- não será descontada da pena imposta no Brasil, por se tratarem de condenações impostas em diferentes países.

- será considerada atenuante da pena imposta no Brasil, podendo o sentenciado cumpri-la em regime menos rigoroso.
- será descontada da pena imposta no Brasil e responderá o sentenciado pelo saldo a cumprir.
- isentará o autor do delito de cumprir qualquer pena no Brasil, por já tê-la cumprido no estrangeiro.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** não há média ponderada, pois, mesmo assim, haverá *bis in idem*, devendo ser simplesmente descontada a pena cumprida no exterior.

**Alternativa “b”:** deve-se descontar a pena imposta no exterior (detracção penal), sob pena de se incidir em *bis in idem*.

**Alternativa “c”:** a atenuante deve ser considerada pelo juiz do processo de conhecimento durante a fixação da pena na sentença penal condenatória. O que, de fato, ocorre é a detracção penal a ser considerada pelo Juízo das execuções penais.

**Alternativa “d”:** em nome da soberania de cada Estado, o agente tem de cumprir a pena imposta no Estado estrangeiro e a do Brasil. No entanto, deve haver **detracção penal**, ou seja, desconto da pena imposta no exterior sob pena de se configurar o vedado *bis in idem*, isto é, uma pessoa responder pelo mesmo crime mais de uma vez (art. 8º, CP).

**Alternativa “e”:** a isenção da pena a ser cumprida no Brasil só ocorrerá se a pena aplicada no exterior for igual ou maior do que a brasileira.

**Alternativa correta: D.**

**03. (FCC – Técnico – Área Administrativa – MPU/2007)** No que tange à aplicação da lei penal, considere:

- crime cometido no estrangeiro contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;
- crime cometido no estrangeiro por brasileiro, que não é punível no país em que foi praticado.

Dentre os crimes acima, ficam sujeitos à lei brasileira os indicados APENAS em

- I.
- II.
- I e II.
- I e III.
- II e III.

#### COMENTÁRIOS

☛ **Nota do autor:** em regra, somente os crimes praticados no território nacional, estão sujeitos à lei brasileira (**princípio da territorialidade**). No entanto, excepcionalmente, aplica-se a lei brasileira a fatos ocorridos no exterior, caso demonstrado o interesse de tutela da soberania brasileira. **São as hipóteses previstas no art. 7º do CP, às quais deve o candidato memorizar.**

**Alternativa “c” – correta.** Estão corretos os itens I e II.

**Item I – correto:** nesse caso, aplica-se o **princípio da defesa, real ou da proteção**. Atingido o interesse da Administração Pública em solo estrangeiro, aplica-se a lei brasileira (art. 7º, I, b, CP).

**Item II – correto:** nesse caso, aplica-se o **princípio da defesa, real ou da proteção**. O genocídio é crime de mais alta gravidade, pois o intento do agente, mais que matar uma pessoa ou grupo, é eliminar uma etnia, uma raça, uma religião, uma cultura (art. 7º, I, b, CP).

**Item III – errado:** o brasileiro só responderá ao crime praticado no exterior, se no país o fato também está sujeito à sanção penal (art. 7º, § 2º, b, do CP).

**04. (FCC – Técnico – Área Administrativa – MPU/2007)** É certo que se aplica a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de

- embarcações mercantes brasileiras que estejam em mar territorial estrangeiro.
- embarcações mercantes brasileiras que estejam em porto estrangeiro.
- aeronaves mercantes brasileiras que estejam em espaço aéreo estrangeiro.
- aeronaves mercantes brasileiras que estejam em pouso em aeroporto estrangeiro.
- embarcação estrangeira de propriedade privada que esteja em mar territorial brasileiro.

#### COMENTÁRIOS

☛ **Nota do autor:** mais uma questão que envolve aplicação da lei penal.

**Alternativas “a” e “b”:** como se trata de embarcação mercante brasileira, não se considera como extensão do território brasileiro, estando sujeita a pessoa ao ordenamento jurídico do território em que se encontra, seja no mar territorial ou no porto estrangeiros (art. 5º, CP).

**Alternativas “c” e “d”:** como se trata de aeronave mercante brasileira, não se considera como extensão do território brasileiro, estando sujeita a pessoa ao ordena-

mento jurídico do território em que se encontra, seja no espaço territorial ou no aeroporto estrangeiros (art. 5º CP).

**Alternativa “e”:** como a embarcação estrangeira é de **propriedade privada**, não é considerada extensão territorial de seu País de origem. Logo, se aplica a lei brasileira, posto que praticado em território do Brasil, localizado em auto-mar (art. 5º, *caput* e § 1º, CP).

**Alternativa correta: E.**

**05. (FCC – Analista Processual – MPU/2007)** A respeito das imunidades parlamentares, é correto afirmar:

- As imunidades parlamentares concedidas aos deputados estaduais não são válidas apenas em relação às autoridades judiciárias estaduais, podendo ser invocadas em face do Poder Judiciário Federal.
- Os deputados e senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, bem como sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações.
- A Constituição de República Federativa do Brasil confere aos membros do Congresso Nacional a prerrogativa de foro, sendo eles julgados pelo Superior Tribunal de Justiça, ainda que o crime tenha sido praticado anteriormente a sua eleição.
- Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos e, desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- A instauração de inquérito policial e o oferecimento de denúncia por parte do Procurador-Geral da República pela prática de crime comum depende de licença da Casa Legislativa a que pertença.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** as imunidades dos deputados estaduais são estabelecidas nas Constituições Estaduais, que, em regra, estabelecem o Tribunal de Justiça como o foro competente para o julgamento dos crimes cometidos por deputados estaduais, não podendo elas estabelecerem competência dos Tribunais Regionais Federais, já que esta é regulada pela Constituição Federal (arts. 108 e 109, CF/88).

**Alternativa “b”:** também para tutelar a plena liberdade dos parlamentares, não são eles obrigados a depor como testemunhas, podendo fazê-lo, contudo, voluntariamente (art. 53, § 6º, CF/88).

**Alternativa “c”:** o julgamento dos Deputados Federais e Senadores da República é de competência do Supremo Tribunal Federal desde a **diplomação** (art. 53, § 1º, CF/88).

**Alternativa “d”:** a Constituição Federal visa tutelar ao máximo a liberdade da atuação parlamentar, seja na função de legislador, seja na função de fiscalização dos demais Poderes, motivo pelo qual estabeleça as imunidades civil e penal (art. 53, *caput*, da CF/88).

**Alternativa “e”:** o STF não depende mais de autorização da Casa Legislativa para processar o parlamentar. Agora, iniciado o processo na Corte Suprema, pode a Câmara ou o Senado deliberar para **suspender** o processo já iniciado (art. 53, § 3º, CF/88).

**Alternativa correta: d.**

**06. (FCC – Técnico – Área Administrativa – MPU/2007)** Dispõe o artigo 1º do Código Penal: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. Tal dispositivo legal consagra o princípio da

- ampla defesa.
- legalidade.
- presunção de inocência.
- dignidade.
- isonomia.

#### COMENTÁRIOS

⊕ **Nota do autor:** o princípio da reserva legal é o mais importante do direito penal e é uma garantia constitucional. Ele é uma limitação ao poder estatal que só pode estabelecer uma conduta como crime e prever uma pena por meio de **lei**. Ele é mais restritivo do que o princípio da legalidade, pois crime e pena não podem ser criados por medida provisória ou decreto, **somente por lei**.

**Alternativa “a”:** o princípio da ampla defesa garante ao acusado a possibilidade de produzir toda e qualquer tipo de prova admitida em direito. A ampla defesa garante a autodefesa e, acima de tudo, a defesa técnica, exercida por advogado constituído pelo réu ou nomeado pelo Estado (art. 5º, LV, CF).

**Alternativa “b”:** em verdade o princípio esculpido no art. 1º do CP é o da **reserva legal**. Por meio desse princípio, limita-se o poder estatal, que só pode instituir crime e pena por meio de lei. Nem medida provisória ou decreto pode instituir crime e pena. Trata-se de postulado consagrado também no art. 5º, XXXIX, CF.

**Alternativa “c”:** pelo princípio da presunção de inocência, ninguém é considerado culpado sem antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória (art. 5º, LVII, CF).

**Alternativa “d”:** o princípio da dignidade da pessoa humana é considerado o postulado fundamental da República, que tem o dever de garantir a cada cidadão os mecanismos para o desenvolvimento de sua personalidade (art. 1º, III, CF).

**Alternativa “e”:** o princípio da isonomia garante o tratamento igualitário entre as pessoas, permitindo-se o *discrimen* diante de situações específicas. Com isso, os iguais devem ser tratados igualmente, enquanto os desiguais devem ser tratados desigualmente, na medida de sua desigualdade (art. 5º, *caput*, CF).

**Alternativa correta: b.**

**07. (FCC – Técnico – Área Administrativa – MPU/2007)** Em matéria penal, a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores,

- desde que o representante do Ministério Público não tenha apresentado a denúncia.
- desde que a autoridade policial ainda não tenha instaurado inquérito policial a respeito.
- ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- desde que ainda não tenha sido recebida a denúncia apresentada pelo Ministério Público.
- desde que a sentença condenatória ainda não tenha transitado em julgado.

#### COMENTÁRIOS

⊕ **Nota do autor:** em matéria penal, a lei mais benéfica sempre beneficia o autor do crime. Assim, se a lei posterior é mais grave, não retroage para prejudicar o réu. Mas, se a lei for mais benéfica, retroage para beneficiá-lo. Trata-se de princípio previsto como garantia individual no art. 5º, XL, CF/88.

**Alternativa “a”:** a retroatividade da norma penal que beneficia a pessoa ocorre em qualquer momento, ainda que o Ministério Público já tenha oferecido denúncia.

**Alternativa “b”:** a retroatividade da norma penal que beneficia a pessoa ocorre em qualquer momento, ainda que já tenha sido dado início ao inquérito policial.

**Alternativa “c”:** no ordenamento jurídico brasileiro, em regra, as leis não retroagem, ou seja, só regulam os fatos ocorridos após a sua vigência. No entanto, em Direito Penal, **a norma penal retroage no caso de ser mais benéfica à pessoa**.

**Alternativa “d”:** a retroatividade da norma penal ocorre em qualquer momento, ainda que o juiz já tenha recebido a **denúncia** oferecida pelo Ministério Público.

**Alternativa “e”:** a retroatividade da norma penal que beneficia a pessoa ocorre em qualquer momento, mesmo depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Nesse caso, o Juiz das execuções criminais aplica a norma penal mais benéfica.

**Alternativa correta: c.**

**08. (ESAF – Técnico – Área Administrativa – MPU/2004)** Em se tratando de extraterritorialidade, pode-se afirmar que se sujeitam à lei brasileira, embora praticados no estrangeiro,

- os crimes contra a administração pública, por quem não está a seu serviço.
- os crimes de genocídio, ainda que o agente não seja brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, quando em território estrangeiro, mesmo que aí sejam julgados.

- d) os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado ou de Município.
- e) os crimes contra o patrimônio praticados contra o presidente da República.

### COMENTÁRIOS

☛ **Nota do autor:** em regra, obedece-se ao princípio da territorialidade em matéria penal, ou seja, aplica-se a norma penal do País em que ocorreu o crime. Excepcionalmente, aplica-se a lei de outro Estado (princípio da extraterritorialidade).

**Alternativa “a”:** quando o bem jurídico da Administração Pública for o patrimônio ou a fé pública, aplica-se a lei brasileira, estando ou não o agente a seu serviço. Se outro for o bem jurídico tutelado, aplica-se a lei brasileira somente se o agente estiver a serviço da Administração Pública nacional (art. 7º, I, b e c, CP).

**Alternativa “b”:** no caso de genocídio, se aplica a lei brasileira somente se o agente for brasileiro ou tiver domicílio no Brasil (art. 7º, I, d, CP).

**Alternativa “c”:** nos crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, quando em território estrangeiro, será aplicada a lei brasileira, somente caso não sejam julgados no exterior (art. 7º, II, c, CP).

**Alternativa “d”:** aplica-se a lei brasileira, quando o crime, ainda que cometido no exterior, atinge o patrimônio ou a fé pública da Administração Pública, com o fim de se tutelar o interesse público nacional (art. 7º, I, b, CP). Trata-se de uma questão de soberania do Estado brasileiro.

**Alternativa “e”:** aplica-se a lei brasileira se o crime for praticado contra a vida ou liberdade do Presidente da República, em nome de se preservar a ordem constitucional, já que se trata do Chefe de Governo e de Estado brasileiro (art. 7º, I, a, CP).

**Alternativa correta: d.**

## 1.2. DO CRIME

**09. (Cespe – Analista do MPU – Direito/2018)** Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da aplicação e da interpretação da lei penal, do concurso de pessoas e da culpabilidade.

Joaquim, penalmente imputável, praticou, sob absoluta e irresistível coação física, crime de extrema gravidade e hediondez. Nessa situação, Joaquim não é passível de punição, porquanto a coação física, desde que absoluta, é causa excludente da culpabilidade.

### COMENTÁRIOS

A vontade é elemento da conduta que, por sua vez, é elemento do tipo penal, portanto, como a coação física absoluta e irresistível exclui por completo a vontade do agente, no caso, há exclusão de **tipicidade**. A coação moral irresistível mantém a vontade do agente, a qual, contudo, é viciada, motivo pelo qual sua conduta é típica e ilícita, mas não se pode recair juízo de reprovabilidade ao agente, logo, ela exclui a **culpabilidade** (art. 22, CP).

<b>COAÇÃO FÍSICA</b>	Exclusão de tipicidade
<b>COAÇÃO MORAL</b>	Exclusão de culpabilidade

### ERRADO

**10. (CESPE – Analista Processual – MPU/2010)** Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base no direito penal.

Diógenes desferiu, com *animus necandi*, golpes de faca em Jacó e fugiu do local dos fatos. Jacó foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros e levado ao hospital, onde foi constatado que as lesões sofridas não eram graves, tendo sido a vítima submetida a rápido procedimento médico e liberada em seguida. Entretanto, Jacó faleceu dois dias após o atendimento médico. Feita a perícia, comprovou-se a morte por infecção generalizada decorrente de contaminação por bactéria encontrada nos instrumentos hospitalares. Nessa situação, como todos os fatos que antecederam o resultado foram indispensáveis à sua ocorrência, evidenciando-se a relação de causalidade entre as lesões sofridas e o resultado morte, de acordo com a teoria da equivalência dos antecedentes causais, adotada pelo Código Penal brasileiro, Diógenes deve responder por homicídio consumado.

### COMENTÁRIOS

**Item anulado:** no art. 13, o Código Penal adotou a teoria da *condictio sine qua non*, que considera como causa do crime qualquer evento que tenha contribuído para o resultado. Excepcionalmente, o Código, no art. 13, § 1º, CP, adota a **teoria da causa adequada** em se tratando de **causa superveniente relativamente independente**. Assim, no caso em tela, a conduta de Diógenes contribuiu para o resultado morte, pois Jacó foi submetido à cirurgia em decorrência da facada. Porém, foi uma causa posterior que foi a causa determinante para a morte de Jacó, a infecção hospitalar, provocada pela contaminação dos instrumentos cirúrgicos. Logo, a causa da morte não é um desdobramento natural e esperado das lesões provocadas pelo autor do fato. Diógenes responde assim pelo que deu causa, ou seja, as lesões provocadas na vítima, mas, como ela agiu com *animus necandi*, responde por tentativa de homicídio.

**11. (FCC – Analista Processual – MPU/2007)** Dentre os elementos do fato típico, NÃO se inclui

- o resultado.
- a ação ou a omissão.
- o dolo ou a culpa.
- a relação de causalidade.
- a tipicidade.

### COMENTÁRIOS

☛ **Nota do autor:** o candidato deve ficar atento, porque o examinador exigia a questão errada.

**Alternativa “a”:** o resultado é um dos elementos do fato típico. É a morte no homicídio, por exemplo.

**Alternativa “b”:** ação ou omissão é a conduta praticada pelo agente. É o golpe desferido pelo agente que causa a morte do inimigo.

**Alternativa “c”:** em verdade, o dolo ou a culpa são elementos da conduta, de acordo com a teoria finalista da ação. E é a conduta que é o elemento do fato típico.

**Alternativa “d”:** relação de causalidade é o nexo que existe entre a conduta e o resultado.

**Alternativa “e”:** tipicidade é a descrição de um fato considerado crime pelo legislador.

**Alternativa ERRADA: C.**

**12. (FCC – Analista Processual – MPU/2007)** João, dirigindo um automóvel, com pressa de chegar ao seu destino, avançou com o veículo contra uma multidão, consciente do risco de ocasionar a morte de um ou mais pedestres, mas sem se importar com essa possibilidade. João agiu com

- dolo direto.
- culpa.
- dolo indireto.
- culpa consciente.
- dolo eventual.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** no dolo direto, o agente quer a produção do resultado ilícito (art. 18, I, primeira parte, CP).

**Alternativa “b”:** na culpa, o agente não quer produzir o resultado que é previsível a qualquer pessoa, mas em decorrência de inobservância do dever de cuidado, manifestada pela imprudência, negligência ou imperícia, acaba produzindo o resultado indesejado (art. 18, II, CP).

**Alternativa “c”:** no dolo indireto, o agente não busca um resultado certo e determinado, satisfazendo o seu intento com a produção de um ou outro resultado previsto (art. 18, I, primeira parte, CP).

**Alternativa “d”:** na culpa consciente, o agente prevê o resultado, mas acredita na possibilidade dele não ser concretizado, não conseguindo, contudo, evitá-lo por imprudência, negligência ou imperícia (art. 18, II, CP).

**Alternativa “e”:** dolo eventual consiste no fato de o agente assumir o risco de produção do resultado e, mesmo assim, persiste em sua conduta sem se importar com a possível concretização do dano (art. 18, I, segunda parte, CP).

**Alternativa CORRETA: E.**

**13. (FCC – Analista Processual – MPU/2007)** Considere:

- Estado de necessidade.
- Estrito cumprimento de dever legal.
- Obediência hierárquica.
- Exercício regular de um direito.

V. Legítima defesa putativa.

São excludentes da culpabilidade SOMENTE o que se considera em

- I e V.
- II e III.
- III e V.
- I, II e IV.
- II, III e IV.

#### COMENTÁRIOS

☞ **Nota do autor:** deve o candidato memorizar e diferenciar as hipóteses de exclusão de tipicidade, ilicitude (ou antijuricidade) e culpabilidade.

**Item I:** o estado de necessidade é uma **excludente de ilicitude** (art. 23, I, CP).

**Item II:** estrito cumprimento de dever legal é uma **excludente de ilicitude** (art. 23, III, primeira parte, CP).

**Item III:** na obediência hierárquica e na ordem não manifestamente ilegal, o agente age acobertado pela excludente de culpabilidade da **inexigibilidade de conduta diversa** (art. 22, CP).

**Item IV:** o exercício regular de um direito é uma **excludente de ilicitude** (art. 23, III, segunda parte, CP).

**Item V:** na legítima defesa putativa, o agente age mediante erro de proibição, pois acredita estar presente uma hipótese que tornaria sua conduta lícita, ou seja, sem a **potencial consciência da ilicitude do fato** (art. 21, parágrafo único, CP).

**Alternativa “c” – correta:** estão corretos os itens III e V.

**14. (ESAF – Técnico – Área Administrativa – MPU/2004)** É correto afirmar que

- pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena.
- responde pelo crime o terceiro que não determina o erro.
- é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- no caso de erro sobre a pessoa, consideram-se para efeitos penais, as condições ou qualidades da vítima efetivamente atingida.

#### COMENTÁRIOS

**Alternativa “a”:** também responde quem causar o resultado culposamente. Assim, ocorre no crime de lesão corporal seguida de morte. O dolo do agente era provocar lesões corporais na vítima, mas, por imprudência, negligência ou imperícia, provoca o resultado morte, que agrava a pena (art. 20, *caput*, CP).